

OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA: REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jamille da Silva Lima¹

SERPA, Ângelo (Org.). **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. Salvador: Edufba, 2015. 344p. ISBN: 978-85-232-1322-0.

O livro intitulado "Territórios da Bahia", organizado pelo professor Ângelo Serpa, da Universidade Federal da Bahia, discute a política de desenvolvimento territorial e cultural implantada no estado baiano a partir do ano de 2007. Dividida em 11 capítulos, a obra tem por objetivo analisar as relações existentes entre cultura e poder na articulação e na implementação dessas políticas a partir de estudos de caso realizados em cinco territórios de identidade. São eles: o Metropolitano de Salvador, o Vitória da Conquista, o Recôncavo, o Portal do Sertão e o do Sisal. Nesse contexto, investigou-se também os Pontos e os Sistemas de Cultura municipais, que se propõem ser fomentadores de uma rede de articulação

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. jamille_geo@hotmail.com.

✉ Universidade do Estado da Bahia, Campus IV. Rua J J Seabra, 158 - Estação, Jacobina, BA. 44700-000.



de políticas culturais para a promoção do desenvolvimento territorial no estado baiano, bem como buscou-se compreender as especificidades do samba de roda que o tornam identificador regional do Recôncavo.

A partir de uma abordagem cultural, os autores da obra relacionam fenomenologia e dialética enquanto métodos que não se excluem. Esta compatibilidade tem sido defendida, sobretudo por Serpa, desde trabalhos anteriores, a exemplo de Serpa (2006; 2007), nos quais enfatiza-se a possibilidade de relação da dialética (como a arte do falar e do pensar filosóficos) com a fenomenologia ou até mesmo com procedimentos indutivos ou dedutivos no processo de operacionalização da pesquisa. Ao associar esses métodos, busca-se "[...] a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua 'essência'" (SERPA, 2006, p. 20). Sob essa abordagem, o conjunto da obra problematiza as noções de cidadania, cultura, identidade e política, a partir das discussões sobre os conceitos de região, território e espaço.



Num âmbito geral, a incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento nas políticas públicas está relacionada a uma dinâmica de intersecção entre o conhecimento científico e a instância político-econômica mundial. Nesse contexto, os organismos internacionais ocupam posição de destaque, principalmente pelo seu papel de financiador, e portanto, “orientador” das perspectivas de desenvolvimento adotadas nos países da periferia ou semi-periferia do capitalismo mundial (FAVARETO, 2006).

Desde o final do século XX, as agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos unilaterais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros, estimularam a adoção da abordagem territorial no âmbito das políticas de desenvolvimento. Este contexto motivou a institucionalização e disseminação dessa abordagem em vários países da América Latina.

No Brasil, no final da década de 1990, adota-se princípios e elementos dessa “nova” abordagem, mas é no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário que ela é institucionalizada no país. Desde então, a nova unidade de planejamento e intervenção estatal recebeu o nome de território, e passou a ser vista como instância que viabiliza o estreitamento da relação sociedade e Estado, e nesse sentido tornou-se suporte basilar metodológico para operacionalização das políticas públicas.

A inserção da abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento sustenta-se em alguns argumentos: a) horizontalidade Estado-Sociedade, haja vista a necessidade de renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização

política e a participação social; b) multidimensionalidade ou perspectiva híbrida do desenvolvimento, imbricando-se as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais; c) multiescalaridade, através do fomento as redes de articulação de atores e instituições para a condução do processo de planejamento e gestão das políticas territoriais; d) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento; e) reconhecimento da identidade regional/territorial como pressuposto fulcral das estratégias estatais de desenvolvimento.

Em consonância com esses argumentos que firmaram a institucionalização da abordagem territorial no Brasil, o Estado da Bahia no ano de 2007 propôs uma nova regionalização do território estadual centrada na cultura enquanto aspecto nuclear para a configuração dos recortes regionais. A tentativa de reconhecer as identidades regionais tornou-se uma máxima que nomeou as novas regiões de planejamento: os chamados Territórios de Identidade. Alguns estudos destacam que o caso da Bahia é exemplar, de profunda singularidade em relação à sistemática dos demais estados, como vê-se em Rocha e Paula (2007) e Delgado *et al.* (2007). Essa asserção está sustentada no entendimento de que a delimitação dos territórios se deu de forma amplamente descentralizada e participativa entre Estado e sociedade, sendo a regionalização definida pelo reconhecimento da identidade dos sujeitos envolvidos. Porém, ainda que a política seja conduzida de maneira participativa, é possível constituir “territórios” de identidade a partir do agrupamento contínuo de municípios?

A formação desses territórios tem como base a área jurídico-política dos municípios. Os limites do recorte territorial se definem a partir da adesão ou saída dos municípios, dos respectivos colegiados ou conselhos territoriais. Como esses municípios e regiões (ou territórios)

são articulados enquanto escalas de abordagem numa arena política que coloca a cultura no centro de um processo de regionalização institucional do território estadual? Esta é uma questão central que norteou a pesquisa dos grupos Espaço Livre de Pesquisa-Ação (ESPLIVRE) e Territórios da Cultura Popular (TERRACULT), cujos resultados foram apresentados no livro “Territórios da Bahia”.

Preliminarmente, Serpa distingue dois processos, sendo o primeiro as regionalizações (e regionalismos) que são construídos no cotidiano dos habitantes das regiões e convergem para a consolidação de uma “consciência regional”, ou seja, a região enquanto constructo sociocultural, e o segundo processo diz respeito às regionalizações instituídas pelo Estado como suporte basilar estratégico para a promoção do desenvolvimento regional/territorial. O desafio consiste em confluir ambos processos, o que se constitui no grande intento do Estado baiano com o chamado “reconhecimento” dos territórios de identidade. Mas quais os (des)caminhos dessa política, sobretudo para os agentes culturais regionais? O conjunto das pesquisas sistematizadas na obra “Territórios da Bahia” apresenta várias sinuosidades que obstaculizam a confluência desses processos, a gestão territorial e a própria consecução do que se propõe com a abordagem territorial:


- a. Divergências em relação a delimitação dos “territórios”, pois as pesquisas identificaram que a população de alguns municípios está insatisfeita com os recortes que a identifica, o que implica em maiores dificuldades para articular os municípios e estimular a gestão participativa da cultura no âmbito territorial;
- b. Ausência de afeição em relação a toponímia da nova regionalização, a exemplo do território de Vitória da Conquista, cuja unidade territorial recebe o nome da cidade polo, o que vai de encontro aos princípios de uma regionalização alicerçada na cultura. A ideia de identidade territorial era de substituição dos

- conceitos de cidade-polo e de polarização que norteavam as regionalizações anteriores;
- c. Permanência na construção das representações regionais dos elementos físico-naturais. A nomenclatura de muitos territórios está associada, especialmente, as bacias hidrográficas (Bacia do Paramirim, Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande, Velho Chico, Médio Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá), bem como ao clima e a vegetação (Sertão Produtivo, Sertão do São Francisco, Portal do Sertão, Semiárido Nordeste, Litoral Norte/Agreste de Alagoinhas);
- d. Desigualdade na distribuição dos investimentos, concentrando os recursos em Salvador e municípios da região metropolitana, o que fere a proposta de democratização e descentralização da política cultural e territorial;
- e. Carência de recursos financeiros para investir na cultura, o que se potencializou com o contingenciamento dos recursos públicos estaduais;
- f. Dificuldades de articulação Estado e sociedade,
- g. Necessidade de compreender a cultura para além do artístico, especialmente na instância municipal. Os investimentos são, em sua maioria, pontuais nos festejos típicos, a exemplo das festas religiosas e juninas, e os grupos culturais ficam desassistidos durante quase todo o ano;
- h. Necessidade de atender maior número de grupos culturais, principalmente aqueles que não estão institucionalizados
- i. Excessiva burocratização institucional, sobretudo em relação a prestação de contas;
- j. Necessidade de capacitação para elaboração dos projetos para

viabilizar que os grupos culturais tenham maior paridade de disputa dos editais

- k. Inexistência de uma Secretaria exclusiva para tratar da cultura, pois geralmente ela está associada a educação, o turismo e os desportos;
- l. Interferência da política partidária na gestão da política cultural, principalmente em relação a descentralização dos recursos e a aprovação de projetos cujos proponentes são executivos municipais.

A reunião desses entraves apresentados ao longo da obra "Territórios da Bahia" mostra que apesar do importante estímulo à participação social e a descentralização, manifesto, por exemplo, nas conferências de cultura municipais e territoriais, há um contexto emaranhado de problemas histórico-políticos e estruturais que dirimem as tentativas de tornar a região um "artefato", conforme proposição de Haesbaert (2010). Os entraves na implementação e gestão da política cultural e territorial acabam por ratificar um hiato entre a dimensão simbólico-cultural e material-funcional, pois no cotidiano as práticas sociais e culturais regionais ainda não encontraram a ressonância prometida pela política de desenvolvimento territorial.

Os resultados e a própria trajetória de pesquisa, sistematizados na obra em foco, são nesse sentido, um convite à reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, especialmente numa perspectiva geográfica. Numa abordagem dialética e cultural, os autores relacionam os conceitos de política e cultura, trazendo à tona a dimensão espacial de políticas públicas que articulam diferentes níveis de governo, o que comumente é tratado como segundo plano. Esta perspectiva abre muitas possibilidades de estudo para a geografia contemporânea refletir sobre as políticas públicas brasileiras. 

REFERÊNCIAS

DELGADO, Nelson Giordano et al. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto; PAULA, Ana Mônica Hughes. de. O uso do conceito de território na perspectiva do desenvolvimento rural. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 4, n. 6, p.123-138, mar., 2007.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006.

_____. Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, p. 14-22, 2007.